

Trabalho recebido em 31/07/2006 e aceito em 24/08/2006

Trabalho classificado em 3º lugar e apresentado na 53ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro – 2006

## **Balço Social como Instrumento para Demonstrar a Responsabilidade Social das Entidades: Uma Discussão Quanto à Elaboração, Padronização e Regulamentação.**

**Tânia Cristina Azevedo**

Salvador – BA

Contadora CRC-BA 18.300/O

Professora da UEFS<sup>1</sup> e da FABAC<sup>2</sup>

e-mail : tanaze@terra.com.br

**Cláudia Ferreira da Cruz**

Feira de Santana – BA

Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em

Economia e Administração – UEFS<sup>1</sup>

e-mail : claudia.cruz@uefs.br

### **Resumo**

Compreendendo que as entidades empresariais possuem interação com a sociedade em que estão inseridas, é inegável que há uma tendência mundial ao oferecimento de produtos com qualidade, preço e comodidade competitivos e de acessibilidade aos consumidores, tornando-se necessário que tais organizações apresentem um diferencial que lhes possibilite, entre outras conquistas, alcançar maior fatia de mercado. Nesse sentido, o trabalho discutiu as questões relativas à responsabilidade social das empresas no seu ambiente interno e externo, sendo enfatizada uma abordagem sobre o Balço Social, ou seja, os aspectos referentes à importância e relevância na divulgação, modelos e obrigatoriedade desta demonstração. Este trabalho foi conduzido por meio de uma revisão da literatura, em livros, periódicos, artigos e trabalhos monográficos. No que tange ao aspecto empírico do estudo, foram discutidos exemplos reais de empresas que adotam práticas de evidencição da responsabilidade social. Concluiu-se que o Balço Social representa um instrumento de gestão dos negócios, sendo de vital importância que as organizações adotem tal concepção, pois sua divulgação irá refletir em crescimento, estratégias, credibilidade e continuidade das entidades.

**Palavras-chave:** Balço Social, Divulgação, Padronização, Empresas.

---

<sup>1</sup> UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana – CEP 44.031-460 – Feira de Santana – BA.

<sup>2</sup> FABAC – Faculdade Baiana de Ciências – CEP 41.680-440 – Salvador – BA.

## **Abstract**

Considering that entrepreneurial entities have interaction with the society they are inserted, it is undeniable that there is a worldwide tendency to deliver products with competitive price, quality and convenience, and accessibility to the consumers. Therefore, it is necessary that such organizations present a differential which enable them to reach, besides other achievements, a bigger share in the market. This work examined questions related to the Social Balance of enterprises, considering their external and internal environment. It used an approach which emphasizes some aspects of the Social Balance, as the importance and relevance of divulgation, models and the compulsory nature of this statement. This study was accomplished through a literature review including books, journals and monographs. Regarding the empirical character of this study, it discussed real examples of enterprises which adopted evidential practices of social responsibility. It concluded that the Social Balance represents an instrument for business management, and it is very important that organizations adopt such conception, because its divulgation will result in growth, strategies, credibility and continuity for the entities.

**Key words:** Social Balance, Divulgation, Standardization, Enterprises.

## **1. Introdução**

É inquestionável que o homem sempre necessitou utilizar os recursos naturais para a produção de seus bens de consumo, afetando, assim, a capacidade de recuperação do ecossistema.

Não obstante, a causa da degradação do meio ambiente e dos seus recursos pode ser consequência tanto da falta como do excesso de desenvolvimento econômico. Nota-se, porém, que os efeitos nocivos decorrentes das atividades econômicas oneram o meio ambiente, acarretando perdas na qualidade de vida da população e destruição dos recursos naturais.

É claro que o desenvolvimento econômico e tecnológico que se deu após a Revolução Industrial ampliou muito a produção de riquezas, e em alguns casos isso significou maximização da utilização de todos os recursos naturais, ignorando-se se eram renováveis ou não. Entretanto, tem-se assistido à preocupação da sociedade com o desenvolvimento econômico sustentável, exigindo uma atitude considerada socialmente correta por parte dos agentes econômicos.

Com isso, a sociedade tem cobrado das empresas uma prestação de contas no sentido de identificar aquelas entidades que geram prejuízos ou que não acrescentam nenhum valor à qualidade de vida da comunidade onde estão inseridas.

Diante deste cenário, ressurgiu a discussão da elaboração e divulgação de uma demonstração que pudesse apresentar o desempenho social das entidades. E a Contabilidade, enquanto ciência que tem como objetivo fornecer informações do desempenho econômico-financeiro, possui, portanto, os instrumentos necessários para contribuir na identificação do nível de responsabilidade social dos agentes econômicos. Estes instrumentos se traduzem no Balanço Social.

Segundo Calixto (2005):

por não haver obrigatoriedade de publicação, assim como a padronização de um modelo de Balanço Social, as empresas divulgam o que lhes convém e, geralmente, abordam, com maior

riqueza de detalhes, os aspectos positivos dos seus investimentos sociais, o que pode ser considerado um desvio quanto aos reais objetivos propostos com tal divulgação. (CALIXTO, 2005, p. 23):

A visão da autora reforça a necessidade de estabelecer parâmetros mínimos que sejam direcionadores da divulgação das informações de natureza sócio-ambiental, de modo a permitir a comparabilidade temporal e espacial.

No Brasil esta demonstração tem sido alvo de discussão e estudos desde 1961 pela ADCE (Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas); todavia, só recentemente o sociólogo Hebert de Souza – o Betinho (1935-1997) – e as deputadas Conceição Tavares, Marta Suplicy e Sandra Starling motivaram a retomada das discussões sobre o tema, propondo critérios para elaboração e dimensionando os aspectos relacionados com a obrigatoriedade da publicação pelas empresas, inclusive sugerindo itens que deveriam compor a estrutura do Balanço Social.

Atualmente a discussão da divulgação de informações de natureza social e ambiental tem sido fortalecida por organismos que se preocupam com o retorno estratégico das informações para as organizações empresariais. Um exemplo disso tem-se no Instituto ETHOS, que desenvolve ações que permitem às empresas divulgar suas práticas sociais e ambientais.

Entretanto, mesmo com tantas discussões em torno do tema, ainda não se chegou a um consenso quanto aos elementos, à estrutura e à periodicidade do Balanço Social. Um outro ponto a ser definido é a obrigatoriedade ou não desta demonstração.

Para desenvolver este trabalho, adotou-se uma revisão da literatura em livros, periódicos, artigos e trabalhos monográficos. Discutiu-se neste artigo o modelo sugerido pelo IBASE, através do qual as empresas poderão apresentar, conjuntamente com as demais peças contábeis, a sua interação com os elementos que a cercam ou que contribuem para sua existência, além da sua contribuição para a qualidade de vida da sociedade onde está inserida.

Concluiu-se que as informações apresentadas no Balanço Social são de grande importância para toda a sociedade, uma vez que representam um instrumento de gestão dos negócios, sendo de vital importância que as organizações adotem tal concepção, pois sua divulgação irá refletir em crescimento, estratégias, credibilidade e continuidade das entidades.

## **2. A Empresa e a sua Responsabilidade Social**

### **2.1 Uma visão sistêmica da empresa**

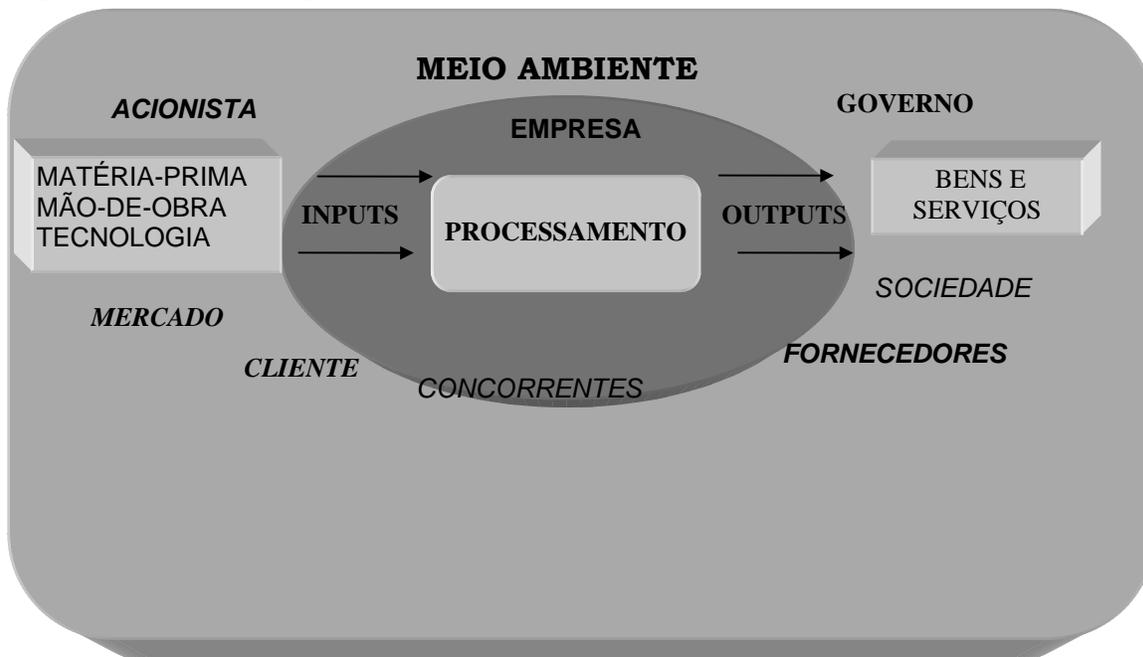
Para NAKAGAWA (*apud* AZEVEDO, BITENCOURT e BRITO 1999), a empresa é um complexo sistema social, e, sob uma perspectiva sistêmica, propõe que ela pode ser mais bem definida enunciando-se uma série de proposições gerais, em vez de tentar uma única e global definição:

- A empresa deve ser concebida como um sistema aberto, o que significa que ela se encontra em constante interação com todos os seus ambientes, absorvendo matérias-primas, recursos humanos, energia e informações, transformando-os em produtos e serviços, que são exportados para esses ambientes.

- A empresa deve ser concebida como um sistema com múltiplas finalidades ou funções, que envolvem interações entre ela e seus diversos ambientes. Muitas atividades dos subsistemas existentes na empresa não podem ser compreendidas sem que se considerem essas múltiplas interações e funções.
- A empresa é constituída de muitos subsistemas que estão em interação dinâmica uns com os outros. Em vez de se analisarem os fenômenos organizacionais em termos de comportamento individual, cada vez se torna mais importante analisar o comportamento desses subsistemas, quer sejam considerados em termos de coalizões, grupos, funções ou outros elementos conceituais.
- Devido ao fato de que os subsistemas, em graus variáveis, são interdependentes, as modificações ocorridas em um subsistema, provavelmente, afetam o comportamento dos outros subsistemas.
- A empresa existe dentro de um conjunto de ambientes, alguns maiores, outros menores do que ela. Os ambientes, de diversos modos, fazem exigências e oferecem restrições à empresa e a seus subsistemas. O funcionamento total da empresa não pode ser compreendido, portanto, sem explícita referência a essas exigências e restrições e à maneira como ela os enfrenta a curto, médio e longo prazos.
- As numerosas vinculações entre a empresa e seus ambientes tornam difícil especificar claramente seus limites.

Diante desse cenário, a empresa é vista como um sistema aberto, que se encontra em constante interação com seu ambiente, como pode ser visualizado na Figura 1.

**Figura 1. Sistema Empresa**



Fonte: CORNACHIONE Júnior, Edgard Bruno. *Informática: para as áreas de Contabilidade, Administração e Economia*, 2001 (adaptado).

A Figura 1 destaca que o sistema empresa recebe os INPUTS do ambiente em que está inserida, processa-os, devolvendo ao ambiente os OUTPUTS, ou seja, a empresa é influenciada pelo meio ambiente em que se encontra, e influencia, por sua vez, esse mesmo ambiente.

Ainda sobre a continuidade de uma empresa, Azevedo, Bitencourt e Brito (1998, p. 23), defendendo que, se a empresa não for entendida sistematicamente, perderá tanto a empresa quanto a sociedade, salientam que:

a empresa, para sobreviver, terá que focar a sua missão voltada para o todo, identificando os benefícios que poderão trazer para os acionistas, os impostos recolhidos ao Estado, mas não esquecendo do meio ambiente, fornecedores e sociedade.

Portanto, uma empresa não pode ser vista como um sistema isolado. E, para garantir a sua continuidade, é fundamental que ela cumpra o seu papel de ser útil e produtiva.

## 2.2 Responsabilidade Social Empresarial

Sempre se aceitou que a responsabilidade social da empresa, em um sistema de mercado livre, é a maximização dos seus lucros, e assim se presume que ela maximiza sua contribuição para a sociedade. Segundo esta idéia, os lucros de uma empresa, que opera dentro da estrutura legal de uma comunidade, poderão produzir resultados que contribuirão para o desempenho social dessa sociedade.

Diversamente, Gonzalez (2005) conceitua a responsabilidade social empresarial como sendo:

a postura que se manifesta por meio de prática cujos indicadores evidenciem (a) o favorecimento da sustentabilidade das pessoas, (b) a promoção do desenvolvimento sustentável das organizações e (c) a opção pelo uso de tecnologias mais econômicas e menos impactantes, tendo em vista políticas de (re)inclusão e a melhoria da qualidade de vida.

Nesse contexto, com a crescente e assustadora degradação do meio ambiente, as empresas se viram obrigadas, pela pressão da sociedade, governos, associações de defesa do ecossistema, clientes e fornecedores entre outros, a incorporar também, no seu planejamento estratégico, objetivos sociais que envolvam, entre outras coisas, o bem-estar da população na sua integridade.

Analisando essa premissa, Gonzalez (2005) diz que:

apesar de alguns estudiosos defenderem que a gestão deve ser voltada para os acionistas, pois o papel social cabe ao Estado, o mundo corporativo nada mais é do que um microcosmo da sociedade. Assim, todas as empresas, não importante de qual setor da economia podem e devem ser socialmente responsáveis. Afinal, estas são, desde o nascimento, instituições sociais.

Na opinião de RIBEIRO (1993, p. 79), as empresas necessitam empenhar-se na consecução de alguns fatores para proporcionar o bem-estar da população. São eles:

- Manutenção de condições saudáveis de trabalho, segurança, treinamento e lazer para seus funcionários e familiares;
- Contenção e/ou eliminação dos níveis de resíduos tóxicos decorrentes de seu processo produtivo e do uso ou consumo de seus produtos de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral;
- Elaboração e entrega de produtos ou serviços de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores.

ORTIZ (1993, pp. 13-17), discorrendo sobre este assunto, entende que a responsabilidade social da empresa deve ser compartilhada por todos os seus integrantes e deve estar demonstrada em todas as suas atitudes, ou seja: nos produtos; nos processos produtivos; na geração e distribuição de utilidade; nas relações com os fornecedores; nas relações trabalhistas; nas relações com os clientes; nas relações com outras empresas. Diante disso, o Quadro 1 apresenta uma sugestão de classificação da responsabilidade social de uma empresa.

#### **Quadro 1. Responsabilidade Social da Empresa.**

<b>RESPONSABILIDADES SOCIAIS DA EMPRESA</b>	
<b>INTERNAS</b>	<b>EXTERNAS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de riqueza;</li> <li>• Oferecer produtos úteis à sociedade;</li> <li>• Contribuir para o desenvolvimento dos seus participantes;</li> <li>• Assegurar a continuidade da empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação com a degradação do meio ambiente,</li> <li>• Diminuição dos postos de trabalho;</li> <li>• Problemas relacionados com salubridade;</li> <li>• Falta de meios para difusão e formação cultural;</li> <li>• Inexistência de legislação ambiental e o seu descumprimento</li> </ul>

Fonte: GALLO, *apud* GOMES (1998)

Deste modo, toda a riqueza agregada pela empresa por meio das suas atividades econômicas é distribuída à comunidade onde ela se insere, sendo, portanto, grande responsável pelo desenvolvimento econômico e social desta comunidade. Com isso, as organizações têm mostrado uma crescente preocupação em divulgar para a sociedade a sua participação em ações que contribuem para o desenvolvimento da comunidade, o que pode ser feito através do Balanço Social.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 33), “o Balanço Social tem por objetivo demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que está inserida”. Para evidenciar essa interação, focalizam-se as informações em quatro eixos, a saber, Ambiental, Recursos Humanos, DVA e Benefícios à sociedade em geral, demonstrando, assim, uma multipolaridade de enfoques, de modo que contemple os vários pontos da interação empresa-sociedade.

### 3. A Demonstração de Responsabilidade Social

Com o despertar da sociedade, nas últimas décadas, para os problemas ambientais e sociais, surge um novo padrão de consumo: produtos recicláveis, antipoluentes, não-tóxicos etc. e sociais: qualidade de vida, níveis de miséria e outros, além do novo contexto no mundo do trabalho: diminuição do trabalho assalariado, desaparecimento de postos de trabalho, novos mecanismos de negociação trabalhista, aumento da participação feminina, entre outros, levaram as empresas a repensar o seu papel como agentes do desenvolvimento social.

Em conseqüência, tem-se assistido a uma crescente preocupação das empresas com realizar investimentos que contribuam para a qualidade de vida de seus trabalhadores e da comunidade na qual está inserida.

Neste contexto, tornou-se fundamental para a empresa evidenciar para o mercado e a sociedade informações até então consideradas irrelevantes, como a sua efetiva contribuição para o desenvolvimento social e econômico do seu ambiente de atuação, expressa através de seu relacionamento com empregados, clientes, fornecedores, acionistas, sindicatos e instituições do poder público.

O instrumento que tem sido evocado para divulgar estas informações é o Balanço Social (BS), no qual é possível verificar as relações da empresa com os empregados, com a comunidade e com o meio ambiente. É portanto um registro do perfil social da empresa.

Segundo Kraemer e Tinoco (2004, p. 87), o Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar da forma mais transparente possível informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais do desempenho das entidades para os mais diferenciados usuários.

Para Sucupira (2004, p. 58), “o Balanço Social está se tornando uma peça importante não só para prestar contas à sociedade das ações das empresas no campo social, mas também para fornecer informações relevantes sobre o respeito aos princípios éticos” por parte da empresa, numa demonstração da grande potencialidade e versatilidade desse instrumento.

Cabe salientar que o conceito de Balanço Social não é novo, mesmo no meio empresarial brasileiro. Nas décadas de 70 e 80 já era tema de pesquisa acadêmica e discussão entre alguns empresários, e era evidenciado por algumas empresas. Na França, por exemplo, é obrigatória a sua divulgação desde 1977 para as empresas com 300 ou mais empregados.

Assim, o Balanço Social é um relatório que apresenta um conjunto de informações econômicas e sociais, com o objetivo de demonstrar os gastos e investimentos realizados em benefício dos empregados, da comunidade e do meio ambiente e informações sobre a formação e distribuição da riqueza gerada; é portanto um instrumento de gestão estratégica. Além disso, este relatório, como um instrumento de medição do desempenho social da entidade, fornece:

- **AOS GESTORES** – informações relevantes para as suas tomadas de decisões, no que se refere aos programas e às responsabilidades sociais que cumpre à empresa enfrentar e desenvolver;
- **AOS FUNCIONÁRIOS** – indicadores dos investimentos na melhoria das condições de trabalho e qualificação do trabalhador, etc.;
- **À SOCIEDADE** – elementos para avaliar o desempenho social da empresa;
- **AO GOVERNO** – subsídios para a elaboração de normas legais e tributação de impostos;

- **AS ENTIDADES DE CLASSE** – aprimorar o processo de negociação com a classe empresarial, bem como para verificar as ações da empresa na área social.

Apesar do valor informativo do Balanço Social, ainda existem algumas questões a serem resolvidas, tais como o conteúdo, ou seja, as informações que devem ser divulgadas, a forma de apresentação e a obrigatoriedade.

Na opinião de Kroetz (*apud* Tinoco 2004, p. 91), o Balanço Social deveria evidenciar o desempenho da empresa, suprimindo as necessidades de informações de natureza social e ambiental, tais como:

- a) revelar em conjunto com as demais demonstrações financeiras a estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, através de indicadores econômicos e sociais, as contribuições da empresa à qualidade de vida da comunidade;
- c) abranger todo o conjunto de interações sociais, as contribuições da empresa à qualidade de vida da comunidade;
- d) divulgar os investimentos realizados no desenvolvimento de pesquisa tecnológicas;
- e) composição de um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão dos usuários externos;
- f) medir os impactos das informações apresentadas no Balanço Social perante a comunidade onde mantém relação de negócios;
- g) servir de instrumento para as negociações laborais entre empresa, sindicatos e representantes dos empregados;
- h) clarificar os objetivos e as políticas administrativas que possibilitem avaliar a entidade, em função não apenas do resultado econômico, mas também dos resultados sociais;
- i) ampliar o grau de confiança da sociedade em relação à entidade.

Também Perazzo (2006) acredita que “a incorporação dos aspectos sociais nas decisões e ações estratégicas das empresas e empreendimentos econômicos globalizados ou não, é uma opção cada vez mais reivindicada pelos agentes sociais”, o que exige que se ofereçam informações que atendam a esses anseios.

Desta forma a elaboração do BS deveria obedecer a dois requisitos intrínsecos:

- Utilização de indicadores que reflitam o desempenho da empresa no campo humano e social e o grau de satisfação dos empregados em relação aos programas desenvolvidos;
- Caráter participativo que deve presidir o desenvolvimento do processo, desde a escolha dos indicadores até a padronização de cada um deles para a empresa.

Com isso, alguns modelos para divulgação deste relatório são sugeridos por diversos organismos, a exemplo do proposto pelo IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), o qual teve o apoio da CVM (Comissão de Valores Mobiliários): sugere informações sobre o faturamento bruto, gastos e investimentos com reflorestamento, despoluição, conservação do meio ambiente, com os empregados, e informações sobre a formação e distribuição da riqueza gerada pela empresa. Esse modelo confere às empresas que o adotam um selo, o qual as mesmas podem trazer impresso em seus produtos.

Há também o modelo sugerido pelo Instituto Ethos, o qual sugere um *check-list*, que propõe à empresa o registro dos seus resultados quanto aos seus esforços de evidenciar a responsabilidade social no que tange a: perfil da empresa, geração e distribuição da riqueza, postura com as políticas de meio ambiente, local de trabalho, comunidade, mercado e direitos humanos.

Enfim, as evidenciações de informações sociais diferem consideravelmente de um país para outro, de uma empresa para outra, principalmente quanto à forma de divulgação, na utilização de medidas quantitativas e qualitativas e no significado dos itens publicados.

Na Holanda, por exemplo, o Balanço Social utiliza medidas qualitativas para informar sobre o impacto dos objetivos sociais da empresa, e quantitativas para programas sociais a serem implementados. Já nos Estados Unidos, as informações sociais publicadas valem-se de medidas qualitativas. Em Portugal, este relatório é elaborado para atender, principalmente, o Ministério para a Qualificação e Emprego (Departamento de Estatística), portanto, utiliza dados estatísticos.

Nos países desenvolvidos, as informações sociais, geralmente evidenciadas no Balanço Social, na sua maioria são feitas voluntariamente; todavia, na França existe a obrigatoriedade da elaboração do Balanço Social. Em Portugal, as empresas que tenham mais de 100 empregados são obrigadas, no final do exercício social, a elaborar o Balanço Social, tendo como usuário principal o Ministério para a Qualificação e Emprego.

Para ser mais completo o Balanço Social, compreende-se que se o mesmo for acompanhado pela Demonstração do Valor Adicionado evidenciará como foi que a empresa produziu o valor adicionado, ou seja, riqueza, ou ainda, numa linguagem mais de natureza econômica do que contábil, a renda.

Segundo De Luca (1991, p. 25), “A Demonstração de Valor Adicionado é um conjunto de informações de caráter econômico, normalmente apresentado com as informações do Balanço Social. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa e a sua distribuição”. O valor adicionado ou agregado representa quanto uma entidade ou nação criou de riqueza em determinado período. Na abordagem econômica o cálculo do valor agregado é feito com base na produção.

Confirmando essa posição, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 34) advogam que “a utilidade da empresa, isto é, sua importância para a sociedade, fica bastante transparente com a elaboração da Demonstração de Valor Adicionado – DVA”.

Para uma empresa, o valor agregado representa o quanto ela conseguiu adicionar em um determinado período aos seus insumos, isto é, a riqueza criada, ou seja, a diferença entre o valor da produção (faturamento) e os insumos intermediários consumidos em um determinado período.

Essa riqueza pode ser comparada com o conceito de renda nacional que coincide com o próprio valor agregado gerado pela atividade produtiva. Neste contexto, entende-se como renda nacional a soma das remunerações pagas aos fatores de produção durante um determinado período.

Considerando que, junto ao total da riqueza gerada pela economia de um país, encontra-se a soma do valor adicionado das empresas, donde a importância da Demonstração do Valor Adicionado, que traduz a formação do valor agregado aos insumos e a sua distribuição para os beneficiários, tais como: trabalhadores – pelo pagamento de salários, gratificações, encargos sociais, e outros; acionistas – dividendos pagos; governo – os impostos recolhidos; fornecedores de capital – pela remuneração em forma de juros e aluguéis.

É inegável o valor informativo do Balanço Social, principalmente quando evidencia a formação e a distribuição do valor adicionado para todos os usuários das informações contábeis e o grau de satisfação dos trabalhadores, e, claro, quando reflete a conscientização da entidade quanto à sua responsabilidade social.

#### **4. Modelo Sugerido para Apresentação do Balanço Social como Instrumento de Demonstrar a Responsabilidade Social**

Nota-se um novo despertar em torno desse tema no Brasil, possivelmente em consequência da abertura da economia, da conscientização do conceito de cidadania pela sociedade e do fenômeno da globalização. Tais transformações no cenário empresarial têm impulsionado diversas empresas a elaborar o Balanço Social há mais de uma década, entre as quais se destacam o Banco do Brasil, Yashica, Sadia, Concórdia, Petrobrás, e mais recentemente outras empresas, como: Itaú, O Boticário, Natura, Klabin, Grupo Pão de Açúcar, etc.

Como o Balanço Social é uma demonstração de responsabilidade social da organização para com a sociedade e, portanto, um valioso instrumento de gestão estratégica, é de vital importância que a sua divulgação seja feita de forma uniforme e padronizada, ou seja, as empresas que publicam esse demonstrativo devem uniformizar as informações, como acontece atualmente com as demonstrações financeiras publicadas no Brasil.

Uniformizando as informações contidas no Balanço Social, a entidade terá mais um instrumento de aferição na gestão dos negócios, pois ele servirá como ferramenta de análise empresarial na condução de suas atividades e ainda proporcionará ao usuário externo a possibilidade de comparar as informações ali divulgadas com as de outras empresas do mesmo segmento empresarial.

A seguir, será apresentada uma sugestão de itens básicos que podem ser incluídos quando da elaboração do Balanço Social, tendo como parâmetro o roteiro do IBASE. A proposta consiste em dividir em dois demonstrativos, onde um apresenta a Demonstração do Valor Adicionado, exemplificada no Quadro 2, e composta pelo faturamento bruto da entidade, ou seja, vendas ou serviços realizados. Deduzem-se então os insumos, a matéria-prima e os custos ligados ao fator de produção, e ainda deverão ser expurgados os gastos com serviços de terceiros, tais como: transportes, alugueis, terceirizações, etc., para então termos o valor adicionado da entidade. A demonstração deverá ainda descrever como o valor adicionado foi distribuído, ou seja, a parcela que foi destinada aos empregados (custos com a mão-de-obra), governo (impostos governamentais), financiadores (juros e financiamentos com terceiros), acionistas (dividendos pagos) e a parcela retida que se refere aos lucros e depreciação do período. Portanto, o resultado da distribuição deverá se igualar ao valor adicionado da entidade.

#### **Quadro 2 – Demonstração do Valor Adicionado da empresa: sugestão**

**Em 31/12/19x0**

ITENS	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
Vendas		
(-) Matéria-prima Adquirida de Terceiros		
Serviços de Terceiros		
Outras Receitas		

<b>(=) Valor Adicionado</b>		
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
<b>Empregados</b>		
Remuneração da mão-de-obra		
<b>Governo</b>		
Impostos Governamentais		
<b>Financiadores</b>		
Juros e Financiamentos		
<b>Acionistas</b>		
Dividendos		
<b>Retenções</b>		
Depreciação		
Lucro		
<b>Total da Distribuição</b>		

Fonte: Santos (2003), adaptado.

Logo, a Demonstração do Valor Adicionado apresentada no Quadro 2 traduz a formação do valor agregado aos insumos e a sua distribuição para os beneficiários, tais como: trabalhadores – pelo pagamento de salários, gratificações, encargos sociais e outros; acionistas – dividendos pagos; governo – os impostos recolhidos; fornecedores de capital – pela remuneração em forma de juros e aluguéis

A outra demonstração, sugerida no Quadro 3, apresenta a essência da participação socioeconômica da empresa perante a sociedade. Refere-se a um quadro em que a empresa informa o seu desempenho funcional e social em determinado exercício. Tal demonstrativo foi denominado **Demonstrativo de Indicadores Sociais**, que abrange informações pertinentes ao quadro funcional da empresa e aos investimentos feitos para a comunidade.

### Quadro 3 - Demonstrativo de Indicadores Sociais da empresa sugestão

1. Indicadores Funcionais		Totais			
1.1 Número de empregados ao final do exercício					
1.2 Número de admissões durante o exercício					
1.3 Número de mulheres que trabalham na empresa					
1.4 Percentual de cargos de Chefia ocupados por mulheres					
1.4 Número de Empregados portadores de deficiências					
2. Indicadores Laborais	Valor (R\$)	% sobre 4.1	% sobre 4.2	% sobre 4.3	
2.1 Programa de Alimentação ao empregado					
2.2 Encargos Sociais Compulsórios					
2.3 Plano de Previdência Privada p/ empregados					

2.4 Seguro Saúde para empregados				
2.5 Investimentos em educação dos empregados				
2.6 Participação dos empregados nos Lucros e Resultados				
2.7 Outros benefícios a empregados				
<b>Total – Indicadores Laborais</b>				
<b>3. Indicadores Sociais</b>				
3.1 Impostos Pagos				
3.2 Contribuições para a Sociedade				
3.2.1 Educação e Cultura				
3.2.2 Saúde e Saneamento				
3.2.3 Habitação				
3.2.4 Esporte e Lazer				
3.2.5 Outros				
3.3 Investimentos em Meio Ambiente				
3.3.1 Relacionados com a atividade da empresa				
3.3.2 Programas / Projetos Externos				
<b>Total – Indicadores Sociais</b>				

<b>4. Base de cálculo para os percentuais dos itens 2 e 3</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1 Faturamento Bruto	
4.2 Lucro Bruto	
4.3 Folha de Pagamento Bruta	

Fonte: IBASE (2006) adaptado.

O Quadro 3 deve ser preenchido como um dos componentes do Balanço Social. Para isso, observam-se os itens que precisam de maiores esclarecimentos para o preenchimento.

- Encargos Sociais compulsórios – incluir o INSS (parte competente à empresa) e o FGTS.
- Previdência Privada – planos de aposentadoria, fundações previdenciárias, complementações de benefícios aos aposentados e seus dependentes.
- Seguro Saúde – Plano de saúde, assistência médica, programas de medicina preventiva, inclusive dos aposentados.
- Educação a empregados – treinamento, programas de estágios, reembolso de educação, bolsas de ensino, assinaturas de revistas, gastos com bibliotecas e outros gastos com a educação de empregados.
- Participação nos lucros e resultados – valores recebidos por empregados que não se caracterizem como complemento de salários.
- Outros benefícios – seguros (parcela paga pela empresa), gastos em atividades recreativas, transportes, creches e outros benefícios oferecidos a empregados.

- Impostos pagos – refere-se a tributos federais, estaduais e municipais pagos pela entidade, excluindo os encargos sociais.
- Contribuições para a Sociedade – incluir os investimentos em cidadania sem fins lucrativos, feitos à comunidade sem considerar os gastos com empregados.
- Investimentos em meio ambiente, relacionados com a atividade da empresa – despoluição, conservação de recursos ambientais, campanhas ambientais e outros.
- Investimentos em meio ambiente, programas e projetos externos – espaço disponível para que a empresa agregue outras informações que considere reveladoras de sua ação social, visando à conservação do meio ambiente.

Salienta-se que há uma corrente que defende a inclusão no Balanço Social das informações pertinentes à participação dos *afrodescendentes* nas empresas. Porém tal item tem sido alvo de polêmica, tanto no meio empresarial como no acadêmico, como cita Sucupira (2004, p. 59): quando o IBASE reuniu empresários(as), consultores (as) e acadêmicos (as), ficou evidenciado uma forte resistência à introdução do tema *diversidade racial*.

Os demonstrativos sugeridos no Quadro 3 visam facilitar a compreensão das realizações de uma empresa no campo social, uma vez que as demonstrações tradicionais que são veiculadas publicamente no Brasil não refletem as realizações sociais das empresas e principalmente a riqueza por ela gerada em prol da comunidade.

A tendência é cada dia aumentar o número de empresas que passem a elaborar e divulgar o Balanço Social, pois esta é uma exigência da economia globalizada que revela a participação de empregados, trabalhadores e principalmente da sociedade como usuários das informações contidas nesta demonstração, ou seja, evidencia os efeitos socioeconômicos da atividade empresarial.

## 5. Conclusões e Recomendações

Até pouco tempo atrás não havia preocupação quanto às contribuições e impactos acarretados pela presença de uma empresa em determinado local, pois se pensava que ela só traria benefícios através da oferta de produtos e serviços e da geração de emprego e renda. Mas a industrialização transformou a tal ponto a vida social e ambiental, que gerou a necessidade de uma avaliação criteriosa acerca dos custos e benefícios que acompanham uma empresa na sociedade.

A crescente e assustadora degradação do meio ambiente, decorrente do desenvolvimento econômico desordenado do pós-guerra, levou a sociedade a se preocupar com um tipo de desenvolvimento econômico que levasse em consideração que os recursos naturais são limitados.

Diante deste cenário, as empresas, sendo um dos agentes econômicos, viram-se obrigadas a incorporar ao seu sistema informações e objetivos sociais que demonstrassem a sua responsabilidade com o bem-estar da população.

Com isso, as pressões impostas pela sociedade estimularam uma conscientização das empresas sobre a necessidade de tornar público, além do desempenho econômico-financeiro, o desempenho social. Isto traduzido na sua efetiva contribuição para o desenvolvimento social e econômico do seu ambiente de atuação, expressa através de seu relacionamento com empregados, clientes, fornecedores, acionistas, sindicato e instituições do poder público.

Na verdade, a consciência da responsabilidade social das empresas torna-se cada vez mais visível no meio empresarial, consagrando o conceito de que elas desempenham duas funções integradas: A **FUNÇÃO ECONÔMICA**, que busca a maximização da taxa de retorno dos recursos financeiros investidos, e A **FUNÇÃO SOCIAL**, que busca promover o bem-estar dos grupos sociais que com ela interagem.

E, sendo a Contabilidade a ciência que tem por objeto de estudo o patrimônio (conjunto de riqueza) de uma entidade e como objetivo fornecer informações sobre este patrimônio às diferentes categorias de usuários, apresenta como resposta o Balanço Social como uma Demonstração de Responsabilidade Social (DRS), como meio de informar aos empregados, sindicatos de trabalhadores e, principalmente, à sociedade os efeitos da participação socioeconômica da atividade empresarial. Esse relatório representa um instrumento essencial na gestão empresarial, pois evidencia o desempenho da política social da empresa e o seu relacionamento com o meio ambiente, uma vez que o crescimento econômico e o amadurecimento democrático despertam a concepção de que as empresas têm por objetivo não somente auferir lucros, mas também contribuir para o bem-estar da sociedade.

Com o propósito de ampliar as discussões sobre este assunto é que foi apresentado o modelo do IBASE para elaboração e divulgação do Balanço Social, representando assim uma forma uniforme e padronizada que as empresas têm para tornar público o seu desempenho social.

Acredita-se que, assim que houver padronização, credibilidade e consistência das informações do BS, haverá a consolidação de uma base de sustentação da empresa, baseada no equilíbrio entre questões de desempenho econômico e social.

Portanto, uma empresa que se preocupa com o meio ambiente e o bem-estar dos seres humanos estará contribuindo e até inspirando outras entidades a unir forças para uma melhor qualidade de vida e uma sociedade mais equilibrada e justa para todos. Principalmente estará concebendo a idéia de que para a gestão dos negócios é de vital importância que as organizações tenham um papel social para com a comunidade, e de que tal conduta representará seu crescimento e até continuidade. O Balanço Social representa, assim, uma ferramenta essencial na gestão empresarial, pois esta demonstração irá ampliar o leque de usuários, revelando-se como um instrumento elaborado pela Contabilidade para atender a toda a sociedade, e divulgando informações sobre o desempenho da política social da empresa e o seu relacionamento com o meio ambiente.

### **Bibliografia**

AZEVEDO, Tânia Cristina. BITENCOURT, Luiz Gonzaga. BRITO, Claudemiro França. Monografia apresentada ao Curso de Pós Graduação em Contabilidade Gerencial da FCC/UFBA. “A importância do balanço social para gestão empresarial e da sociedade”. Salvador, 1998.

\_\_\_\_\_, Tânia Cristina . SANTOS, Clarissa Andrade. “Contabilidade e Balanço Social: um enfoque no âmbito das empresas de grande porte situadas no Centro Industrial do Subaé”. Artigo publicado nos anais do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade. Santos-São Paulo, outubro/2004.

\_\_\_\_\_, Tânia Cristina. GOMES, Sônia Maria da Silva. “Demonstração de Responsabilidade Social”. Artigo apresentado no IV ENECOM, Encontro Nordestino de Contabilidade. Salvador/Bahia, outubro/1999.

- BRASIL. *Lei n.º 6404/76 das Sociedade Anônimas – Manuais de Legislação Atlas*, 2 ed., São Paulo: Atlas, 1992.
- CALIXTO, Laura. “Vinte anos de discussão sobre o Balanço Social”. *Revista Brasileira de Contabilidade*, n.º 155, set/out. 2005, pp. 23-35.
- CORNACHIONE JR., Edgard Bruno. *Informática aplicada às áreas de Contabilidade, Administração e Economia*. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- DE LUCA, M. M. Mendes. “Demonstração do valor adicionado”. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP, São Paulo, 1991.
- FREIRE, Fátima de Souza. SILVA, César Augusto Tibúrcio (Orgs.). *Balanço Social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOMES, Sônia Maria da Silva. Dissertação de Mestrado apresentada a FEA/USP. “O Uso das informações contábeis como um instrumento orientador das negociações trabalhistas no Brasil”. São Paulo, 1998.
- GONÇALVES, E. Lima (org.). *Balanço Social da empresa na América Latina*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980. Tradução: Maria Aparecida de L. Gonçalves.
- GONZALEZ, Roberto. “Afinal, a Governança Corporativa contempla a Responsabilidade Social Empresarial?” *Revista RI – Relações com Investidores*, n.º 88, junho/2005.
- GONZALEZ, Roberto. “É recomendável uma padronização de responsabilidade corporativa e sustentabilidade?” *Revista RI – Relações com Investidores*, n.º 96, fevereiro/2006
- IUDÍCIBUS, Sérgio de., MARTINS, Eliseu. e GELBCKE, Ernesto R. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: aplicável às demais sociedades*. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira, & TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. São Paulo: Atlas, 2004.
- KROETZ, Carlos Eduardo Stevens. *Balanço Social – teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.
- ORTIZ, R. Fernando. “La responsabilidad social de la empresa: un tema para reflexión”. In: *Escritos Contables*, nº 35, Publicación del Centro de Estudios de Administración da Universidad Nacional del Sul. Bahía Blanca, Argentina, 1991-1993.
- PERAZZO, Alberto. “Balanço Social e Qualidade de Vida”. Disponível em <http://www.premiobalancosocial.org.br/artigos4.asp>. Acesso em 13/jul./2006.
- RIBEIRO, M. de Souza e MARTINS, Eliseu. “A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilidade no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente”. *Caderno de Estudos da Fipecafi/ FEA/ USP*. São Paulo: outubro, 1993.
- SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração do Valor Adicionado – como elaborar e analisar a DVA*. São Paulo: Atlas, 2003.
- SUCUPIRA, João. “Balanço Social: diversidade, participação e segurança do trabalho”. *Democracia Viva*, n.º 22, Jun/Jul/2004, p.58-63. Disponível em <http://www.balancosocial.org.br>. Acesso em 13/jul./2006.
- TINOCO, João E. P. Dissertação de Mestrado apresentada à FEA/USP “Balanço Social: uma abordagem socioeconômica da contabilidade”. São Paulo, 1984.